

## Reflexões sobre masculinidade e gênero: expressões em grafitos escolares

### Reflections on masculinity and gender: expressions in school graffiti

Adriano Rogério Cardoso\*

Tânia Regina Zimmermann\*\*

**Resumo:** Neste artigo, perscrutaremos algumas representações de masculinidade hegemônica e de hierarquias de gênero presentes em grafitos escolares produzidos por adolescentes em uma escola estadual no noroeste paulista, entre os anos de 2018 e 2019. Buscamos analisar nas imagens elementos de construção de masculinidades, subjetividades, estigmas e preconceitos de gênero. Em relação a metodologia optamos por uma pesquisa descritiva-exploratória, de cunho qualitativo, no qual utilizaremos elementos da Análise Crítica do Discurso, pois permite examinar aspectos imagéticos, socioculturais e linguísticos. Na lida com as imagens se aduz que estas devam ser tratadas pelo que dizem, como dizem e disposições da linguagem alocadas aos grafitos, a variedade, pelos termos que estes jovens utilizam e pelas zonas de silêncio ali estabelecidas. Os resultados apontam para preconceitos de gênero e de sexualidades entre os jovens e, por isso, advogamos discussões reflexivas com o intuito de diluir elementos das práticas opressoras que agem no processo de subjetivação dos homens levando-os ao contato com uma masculinidade tóxica.

**Palavras-chave:** Masculinidades; Relações de Gênero; Grafitos.

**Abstract:** In this article, we will examine some representations of hegemonic masculinity and gender hierarchies present in school graffiti produced by adolescents in a state school in the northwest of São Paulo, between the years 2018 and 2019. We seek to analyze in the images elements of the construction of masculinities, subjectivities, stigmas, and gender bias. Regarding the methodology, we opted for descriptive-exploratory research, of a qualitative nature, in which we will use elements of Critical Discourse Analysis, as it allows us to examine imagetic, sociocultural and linguistic aspects. In dealing with images, it is argued that they should be treated by what they say, as they say and language provisions allocated

---

\* Mestre em Educação pela UEMS- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade Paranaíba, MS. Professor da Rede Pública do Estado de São Paulo.

\*\* Profa. Dra. do Mestrado em Educação na UEMS- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade Paranaíba, MS e do curso de História na UEMS em Amambai, MS.

to graffiti, variety, the terms that these young people use, and the zones of silence established there. The results point to prejudices of gender and sexuality among young people and, therefore, we advocate reflective discussions to dilute elements of oppressive practices that act in the process of subjectification of men leading them to contact with a toxic masculinity.

**Keywords:** Masculinities; Gender relations; Graffiti.

## Introdução

O homem deve ser forte, enrijecido, potente, gritar muito, bravo, sempre falando de mulheres, genioso, destemido, quase nu de brincadeiras uns com os outros, pernas abertas, desengonçado, membros em riste, gargalhadas, busto forte, veem raios e ouvem trovões, miado de onça, silvo de cobras, trabalha de sol a sol, enfrenta batalhão, prefere morrer a ser desonrado, etc. são alguns exemplos do desenho do homem nordestino que Albuquerque Júnior (2013) colhe de obras literárias de autores (as) nacionais como José de Américo Almeida, Euclides da Cunha, Rachel de Queiróz e José Lins do Rêgo. Esses exemplos servem para ilustrar o modelo rústico de homens brasileiros, que se quis imprimir no homem nordestino, porém não contempla possibilidades de masculinidades flexíveis, contemporâneas em ser e estar homem.

Ser homem ou mulher, não é um estado predeterminado, é tornar-se, é uma construção ativa, é um vir a ser. “[...] A filósofa feminista pioneira Simone de Beauvoir colocou isso em sua famosa frase: ‘Não se nasce mulher; torna-se.’ [...] Ninguém nasce masculino, é preciso tornar-se um homem” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 38). Somos seres performativos (BUTLER, 2003) e nos eventos sociais em que estamos inseridos há esforços para canalizar comportamentos das pessoas considerados adequados para cada gênero. Os esforços não estão apenas nas mãos dos legisladores, mas também nas atitudes de pais, mães, professores, publicitários, apresentadores de *talk-shows* etc., todos (as) contribuem na criação e manutenção das diferenças ao exporem masculinidades e feminilidades (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 38).

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado em Educação, intitulada: *Representações da sexualidade e dos gêneros através dos grafitos em uma ambiência escolar* apresentada na UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, MS, no final do mês de agosto de 2020.

Recordo-me quando criança, tinha medo de trovões e relâmpagos. Certa vez, em uma tarde de chuva, meu pai levou-me até a varanda da casa, ele, com uma caneca na mão,

estendeu-a para uma bica, encheu-a e disse que era apenas água, que não me faria mal, ele tomou um pouco e a ofereceu para mim. Com o passar do tempo meu medo de trovões e relâmpagos foi deixado de lado<sup>1</sup>.

Hoje percebemos que essa foi uma lição, o enfrentamento do medo de elementos da natureza, medo do desconhecido. Em nossa sociedade é esperado do masculino coragem, agilidade, destreza, virilidade, muitas vezes, colocando a própria vida e dos (as) e outros (as) em risco. Joseph Campbell (1989) no livro *O herói de mil faces* apresenta o mito da jornada do herói, presente na história da humanidade, com atributos como coragem, agilidade, destreza, honra, caráter são importantes. O medo nos coloca em estado de alerta e nos mantém vivos, pois diante do perigo lutamos ou fugimos. Associado ao processo de constituição da masculinidade, há cobranças ritualísticas, de ordem cultural, moral, religiosa, psicológica, física, de gênero e sexualidade, muitas vezes desnecessárias e expõem meninos ao constrangimento e sofrimento. As cobranças no processo de formação masculina contribuem com a manutenção da hegemonia.

Os homens estão envolvidos em situações de violência, reais ou parcialmente porque são preparados para isso. Segundo a análise de Connell e Pearse (2015), no processo de construção das masculinidades, os meninos são estimulados pelos pais, pelas escolas e pelas mídias de massas - a praticarem esportes competitivos, como futebol, em que a dominação física é celebrada desde a mais tenra idade. Os meninos sofrem pressão dos colegas, para se mostrarem corajosos, implacáveis, violentos e não serem maricas. Os homens são maior parte dos mortos em combate nos exércitos, nas milícias, compõem o sistema prisional, acidentes de trabalho em indústrias, na construção civil, na mineração, em acidentes de trânsito etc. (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 35).

De acordo com Albuquerque Júnior (2013, p. 219) no processo de construção do “falo” encontramos associação com a educação para a sexualidade, isto é, um tipo de definição rigorosa de papéis entre homem e mulher. O menino não deve chorar em público, deve ser criado solto, pode ter companheiros da mesma idade, aventurar além do terreiro da casa em companhia de homens adultos, em um processo de formação para o mundo enquanto as meninas devem estar presas em casa e brincar de boneca e de casinha.

No processo de constituição da masculinidade temos exemplos nas mídias, nas ruas, em grupos familiares, escolares, de amigos, em atividades esportivas em grupo, que nos

---

<sup>1</sup> O exemplo citado é uma recordação da infância do pesquisador Cardoso.

modelam como masculinos ou femininos. As cobranças machistas cis + hétero + normativas e imposições ao processo de constituição da masculinidade são tóxicas e preocupantes.

Segundo Rosa (2020) a cisheteronormatividade surge a partir de conceitos de teóricos de gênero e sexualidade que apresentam a normatividade como heteronormatividade e cisheteronormatividade ou cissexismo, ou seja, cis é um conceito de gênero, indicativo de que o (a) sujeito (a) está em conformidade com seu corpo, sexo e psiquismo, isto é, homem ou mulher satisfeitos com seu sexo e sua condição.

A heteronormatividade é um conceito de sexualidade que abarca, o desejo sexual direcionado ao sexo oposto ao seu, propiciando a reprodução humana pelas vias convencionais, ou não. O conceito da cisheteronormatividade converte e aglutina os conceitos de heteronormatividade e cisheteronormatividade ou cissexismo, até então distintos, em um conjunto delimitado e único, que oprime e marginaliza sujeitos inadequados à cisheteronormatividade (ROSA, 2020, p. 59).

## Metodologia

Trata-se uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório (MINAYO, 2010). Com o objetivo de analisar os elementos opressores nas masculinidades expressas em grafitos escolares.

Em relação à coleta de dados durante os anos de 2018 e 2019 estivemos em uma escola pública, no noroeste do estado de São Paulo, local de trabalho do Pesquisador Cardoso. Após as autorizações pela direção da escola permitindo a realização da pesquisa, passamos a circular, observar as salas de aulas e demais ambientes. Com o auxílio do celular fotografamos, catalogamos as imagens dos grafitos de conotação sexual e de gêneros presentes na ambiência escolar, observamos também, beirais de janelas, banheiros, muros, portões, portas e paredes.

Nas salas de aulas passávamos diariamente junto ou pouco antes dos funcionários da limpeza, pois, diariamente carteiras são limpas, chão varridos, salas e pátios são frequentemente lavadas e banheiros são lavados duas vezes ao dia. As 1.529 fotografias foram feitas a partir da ótica do pesquisador que estava no campo de pesquisa. A escola funciona em três turnos (manhã, tarde e noite) atende aos seguimentos Ensino Fundamental II (manhã e tarde) e Ensino Médio (manhã e noite).

Em relação as temáticas elencamos: corpo feminino (207), corpo masculino (382), pênis (243), vulva/vagina (75), ânus (46), ânus/excreção (5), xingamentos (125),

xingamentos/homossexualidade (26), armas/violência (76), armas/pênis (5), suásticas (9), religião (45), animais (82) e grafitos diversos (203). Nosso interesse aqui, concentrou-se nos grafitos relacionados aos gêneros e questões sexuais, pênis e masculinidades.

Os elementos de masculinidade, em comparação a feminilidade, podem ser indicativos da pulsão latente da cultura pedagógica da masculinidade circulante nos meios sociais e culturais. Devido a isso, pensamos ser interessante refletirmos sobre o campo Pedagogia Cultural da Masculinidade (LIMA, COUTO, 2018), sobre práticas opressoras agindo no processo de construção/subjetivação dos homens atreladas às masculinidades. Não é a masculinidade que é um mal em si mesma, são as práticas de socialização dos meninos/homens que engendram, produzem hábitos e práticas nefastas contra mulheres e aos próprios homens de forma tóxica. Deixamos como sugestão para possibilidades de pesquisa e trabalhos investigativos futuros.

As práticas opressoras na masculinidade referem-se às características estereotipadas atribuídas aos homens. A sociedade que vivemos impõem comportamentos que podem causar sofrimentos psíquicos, físicos aos homens e as mulheres. Na visão machista não é esperado do homem demonstração pública de sentimentalidades, eles devem ser fortes, violentos, rudes, viris, abastados financeiramente, possuírem habilidades de liderança, não podem falhar, nem demonstrar fragilidades etc. Desde crianças somos condicionados a pensar e agir assim. Os nossos pais, familiares, a mídia, professores (as), colegas de escola, de trabalho, chefes contribuem nesse processo de modelagem. Será que precisa ser mesmo assim? Não há espaços para flexibilidades?

Acreditamos que se as políticas educacionais, curriculares e processos de formação de professores (as) possam contemplar elementos por esse viés, de modo transversal nas múltiplas disciplinas escolares, com intuito de amenizar ou dissolver o preconceito e imposições de masculinidade tóxica.

Os apontamentos teóricos e definições de masculinidade recorreremos aos estudos de Albuquerque Júnior (2013), Connell (1995), Connell, Messerschmidt (2013) e Welzer-Lang (2001); sobre a sexualidade hegemônica dialogamos com Mirian Pillar Grossi (2004, 2010) e na conceituação do gênero focalizamos as contribuições de Butler (2003), Raewyn Connell e Rebeca Pearse (2015).

Sobre hegemonia, além das contribuições de Antonio Gramsci (2002), reportamo-nos também às reflexões de Aurélio Ferreira, (1986), para quem as relações hegemônicas correspondem a “preponderância de um povo sobre outras cidades ou outros povos; [...] preponderância, supremacia, superioridade” (FERREIRA, 1986, p. 884).

Embasamos na Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2016), Van Dijk (2017) e na lida com as imagens de alguns grafitos nos apropriamos em elemento de semiótica de Lúcia Santaella (2012; 2018). “Toda foto, qualquer foto que seja, congela e eterniza o tempo. Clicar o botão significa cortar, sem revogação possível, o fluxo do tempo e, conseqüentemente, o escorrer da vida” (SANTAELLA, 2012, p. 80). Tendo esse recorte do fluxo do tempo por meio das fotos dos grafitos passamos a observar e procurar por um fio lógico condutor sobre os processos de constituição da masculinidade hegemônica e da virilidade.

## Discussão

Na visão de Fairclough (2016) o conceito de hegemonia é peça chave para Gramsci sobre o “capitalismo ocidental”. O autor harmoniza concepções de discurso e mudanças em relação as “evolução do poder”. “Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127). Fairclough (2016) conceitua que

[...] hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio instável”. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127-128).

A hegemonia pode ser entendida como alianças, concessões por meio de elementos ideológicos que convencem e possibilitam o consentimento da dominação de um sobre o outro, do dominante sobre o dominado. Envolve formas econômicas, políticas ideológicas e transitam entre instituições sociais como família, escola (educação) e igreja. Hegemonia significa liderança e na concepção do italiano Antonio Gramsci (2002), ganhou

significado de dominação masculina no sentido apresentado por Pierre Bourdieu (2017), não necessariamente pelo uso explícito da força ou violência.

De acordo com a interpretação de Alves (2010),

[...] Gramsci afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. Dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva. Gramsci (1978a, p. 15) conclui, portanto, que “não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos” (ALVES, 2010, p. 74).

Segundo a aceção de Gramsci (2002), hegemonia é uma dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na visão do italiano, quanto mais difundida uma determinada ideologia, mais sólida fica a hegemonia e há menos necessidade do uso de violência explícita.

Nas palavras de Gramsci (2002, p. 62-63),

[...] a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente] (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Nessas asserções podemos concluir que hegemonia patriarcal (CHAUÍ, 2001; SEGATO, 2012) exerce poder sobre outrem e incluímos aqui o poder do masculino sobre o feminino, da heteronormatividade sobre a não heteronormatividade, do hegemônico sobre o não hegemônico, do macho sobre a fêmea, de machos sobre outros machos e de fêmeas sobre outras fêmeas etc.

Em relação aos níveis interpretativos na lida com as imagens, segundo Santaella (2018), “distribuem-se em três camadas” a primeira é a “camada emocional, ou seja, a qualidade de sentimento e a emoção que o signo é capaz de produzir em nós”; a segunda é “a camada energética, quando o signo nos impele a uma ação física ou puramente mental”; e terceira é “a camada lógica, está a mais importante quando o signo visa produzir cognição” (SANTAELLA, 2018, p. 40). Percebemos que estas camadas caminham juntas.

Figura I- Armas



Fonte: acervo fotográfico do pesquisador

A Figura I ilustra alguns objetos pontiagudos e bélicos, pertencentes ao universo destinado ao que se espera do masculino. Meios violentos de imposições, supremacias e subordinações. Se for necessário o uso de violência e da força. No entanto, segundo Bourdieu (2017) a dominação masculina é imposta, vivenciada por uma violência simbólica, velada, invisível as vítimas e mantém suas engrenagens em funcionamento.

As instituições como a família, escola, igreja, política, mídia corroboram com essas engrenagens, por meio de ações reflexivas, discussões podemos procurar juntos (as) meios de combater, neutralizar ou amenizar os sofrimentos de quem possa estar sendo vitimizado (a). Nosso intuito é alertar que algo precisa ser feito, (re)pensado, sobre o processo de masculinidade e que tipo de sociedade queremos para as futuras gerações.

Em relação a masculinidade, Grossi (2004) observa que há duas principais correntes teóricas para entender a masculinidade: pós-estruturalismo e estruturalismo. No pós-estruturalismo o gênero se constitui pela linguagem, pelo discurso. Isso quer dizer que “o discurso é um instrumento de orientação do mundo, ou seja, tudo que vivemos é permeado pela linguagem, por discursos. As pós-estruturalistas pensam que discursos não são apenas

palavras, mas linguagem, atos que têm significado” (GROSSI, 2004, p. 5), o discurso permeia o mundo e toda questão de gênero uma vez que possibilita significados. Nessa abordagem teórica, o discurso não é apenas algo que impõe regras, mas é ele próprio constituidor daquilo que entenderemos como sendo a sexualidade humana.

“Para as teóricas estruturalistas, o gênero implica em alteridade, para que exista o masculino é necessário seu oposto, o feminino. O processo de constituição de identidade se dá pelo reconhecimento de que existem pessoas idênticas e diferentes de nós mesmos” (GROSSI, 2004, p. 5). Sendo assim é possível compreender que “o gênero se constrói sobre o corpo biológico, que é sexuado. As estruturalistas pensam que só pode haver dois gêneros, uma vez que eles se constituem cognitivamente sobre o corpo sexuado, que é dual (macho e fêmea)” (GROSSI, 2004, p. 5). Por que os seres variantes devem ser negados, recusados e não dignos (as) de direitos sociais?

Percebemos então que

[...] a atribuição de gênero acontece quando a cultura diz: "Isto é o que você é".

Na maioria das culturas, o gênero é atribuído às pessoas no momento em que elas nascem. Em nossa cultura, uma vez que lhe seja atribuído um gênero, é isso que você passa a ser. E na maior parte dos casos são os médicos que atribuem o gênero, o que mostra enfaticamente o quanto gênero é algo medicalizado. Eles olham para uma criança recém-nascida e dizem: "Tem um pênis, é um menino". Ou então, "Não tem um pênis; é uma menina". Assim, a atribuição de gênero tem pouco ou nada a ver com vaginas. Tudo se resume a “pênis” e “não pênis”. O que mostra que o processo de atribuição de gênero é também totalmente falocêntrico e genital (BORNSTEIN, 1995, p. 22 apud LANZ, 2018, p. 49).

Se pensarmos na cultura ocidental, inclusive no Brasil, a masculinidade indica que o gênero “masculino é ativo. Ser ativo, no senso comum a respeito de gênero, significa ser ativo sexualmente, o que para muitos significa penetrar o corpo da (o) outra (o)” (GROSSI, 2004, p. 6).

Figura 2- Relação heterossexual



Fonte: acervo fotográfico do pesquisador

A Figura 2 representa uma relação heterossexual. A sexualidade humana está imbricada com questões do gênero binário. O masculino, cisheteronormativo deve ser ativo e o feminino cisheteronormativo passivo, o desejo sexual deveria estar direcionado ao gênero oposto ao seu, isto é, homem x mulher e vice-versa, não caberia mudanças, seguindo as dinâmicas normativas patriarcalistas consagradas (CHAUÍ, 2001; DELPHY, 2009). No entanto, há dinamismos nas expressões humanas de sexualidade, sendo traçadas como anormais (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2018) pelos patriarcalistas.

Segundo Grossi (2004, p. 6) “num dos modelos tradicionais de gênero no Brasil, estudado por Peter Fry, homem é aquele que ‘come’, ou seja, que penetra com seu sexo não apenas mulheres, mas também outros homens, feminilizados na categoria ‘bichas’”. A heterossexualidade está relacionada a atração e relação sexual pelo sexo oposto impreterivelmente. Entretanto, no Brasil “um homem que é homem, deve inclusive comer uns ‘veados’, pois o que o faz ser considerado homem é a posição de atividade sexual, de penetração. Na nossa cultura, a atitude considerada ativa é a penetração sexual” (GROSSI, 2004, p.6), não importando muito em quem esteja penetrando. A masculinidade vem acompanhada pela agressividade e é aceita como natural e esperada. O Brasil não está atrasado culturalmente, os estudos de Fry referem-se à década de 1980 e estão circunscritos a um determinado espaço geográfico que não corresponde a todo o Brasil nos dias atuais, mas ainda somos atravessados por exemplos retrógrados e machistas, muito precisa ser refletido e modificado.

Na lida com as representações da masculinidade nos apoiaremos aos apontamentos e discussões de Grossi (2004, 2010); Welzer-Lang (2001) relacionados a construção da

masculinidade Connell (1995) e Connell, Messerschmidt (2013) que abordam as políticas da masculinidade.

Segundo Connell (1995),

[...] a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de "masculinidades". Existe o perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um pout-pourri de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas (CONNELL, 1995, p. 188).

Ao pensarmos nas masculinidades entendemos que a “*configuração de prática* significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado” (CONNELL, 1995, p. 188). Há um projeto discursivo de manutenção do poder cisheteronormativo muito bem estruturado, que impõe a construção da masculinidade de modo tóxico, misógino, machista e violento. “Como a pesquisa feminista tem mostrado, a violência sexual é uma ação competente; ela é, em geral, propositada e tem como objetivo a manutenção da supremacia masculina” (CONNELL, 1995, p. 188).

Welzer-Lang (2001) nos chama a atenção quanto “a pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino;” (WELZER- LANG, 2001, p. 460), e sobre “a visão heterossexualizada do mundo na qual a sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres [...]” (WELZER- LANG, 2001, p. 460), não podendo haver alterações e desvios nessa ordem. Sendo que todas “as outras sexualidades, homossexualidades, bissexualidades, sexualidades transexuais... são, no máximo, definidas, ou melhor, admitidas, como ‘diferentes’” (WELZER- LANG, 2001, p. 460).

O mesmo autor relata que “[...] a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés... [...])” (WELZER- LANG, 2001, p. 462) e no

[...] conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a ideia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem

combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres (WELZER- LANG, 2001, p. 462).

Estar em condição ou assemelhar-se com a feminilidade é algo inconcebível para a masculinidade, pois põe em xeque as rígidas estruturas hegemônicas da masculinidade, daí o contínuo combate e rechaçamento das identidades trans, afeminados, homossexuais, ou seja, corpos identitários que transgridam, transitam e buscam proximidade com a feminilidade (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2018). Entre outras manifestações preconceituosas estão xingamentos, chamados pejorativamente de “mulherzinhas”, por estarem na condição feminina ou se assemelham, esses corpos com genitália masculina e transgressora, pautados na experiência da vivência feminina tornam-se passível de retaliações, punições, sanções, crimes de transfobia e LGBTfobia (CONNELL, PEARSE, 2015).

Welzer-Lang (2001) denomina de “casa-dos-homens” os lugares onde se praticam a formação da construção dos homens em sociedade (WELZER- LANG, 2001, p. 462) incluindo pátios de colégios, clubes, cafés, na rua, pracinha, quadras esportivas, campinhos de futebol etc. Isto é verificável nas sociabilidades juvenis na ambiência escolar da pesquisa, pois muitos desses lugares citados por Welzer-Lang, são pequenas “casa-dos-homens” para os adolescentes. Nestes espaços escolares os jovens falam e ocupam a posição dos homens enfatizando a masculinidade hegemônica. Masculinidade essa que “também se refere a corpos – uma vez que ‘homens’ significa pessoas adultas com corpos masculinos” (CONNELL, 1995, p. 188). Aqui envolve o corpo biológico, o social, o comportamental, o sócio-histórico, o andar, falar, comportar-se, movimentar-se, tornar-se e se construir homem.

Ser homem faz-se necessário um processo de ensino e aprendizagens contínuos (AUAD, 2012; CONNELL, PEARSE, 2015). Não há nada de errado na masculinidade e na virilidade, o problema está nas práticas opressoras, nas imposições hierárquicas, cisheteronormativas como o padrão hegemônico imperativo.

Os códigos de gênero que antes estavam na esfera privada, que estavam sob a responsabilidade da família, eram ao mesmo tempo muito rígidos, admitindo poucos papéis e variações, e muito frouxos, ao permitirem, principalmente por parte dos homens, a realização de uma infinidade de práticas que escapavam à norma (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 227).

Os códigos de gênero tornam-se assunto público, invadindo o espaço de intimidade, criminalizando práticas antes admitidas, oferece no novo mundo urbano a possibilidade ao indivíduo de reproduzir novas figuras de gênero, porém fortemente vigiados (as), maior disciplina, ações descritivas, a fim de não deixar nenhuma prática no anonimato. O sexo passa a ser um lugar de verdade no indivíduo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 228). Outros modos de existir, outras identidades sexuais, podem coabitar a sociedade, devem ser respeitadas, proporcionando maior felicidade as (os) envolvidas (os).

As instituições família, igreja, escola, impõe-nos verdades inquestionáveis, reforçando o posicionamento cultural cisheteronormativo refletido inclusive no interior escolar (JUNQUEIRA, 2010). Isso precisa ser diluído.

Segundo Albuquerque Júnior (2013) na literatura nacional brasileira há obras que corroboram com a ilustração e identidade constitutiva do homem sertanejo e rude, o homem moderno, urbano tende a estar corrompido, docilizado e até feminilizado pela modernidade. No final do século XIX, calcada nos moldes científicos naturalistas e ou românticos, destacam-se *Aves de arribação*, de Antonio Sales, o qual retrata os “retirantes das secas e do sertanejo; *O cabeleira* de Franklin Távora, o primeiro romance a tornar o cangaceiro um personagem de literatura; *Luzia Homem* de Domingos Olímpio, que participa da elaboração da figura da ‘mulher macho’ sertaneja [...]”. Destaca-se ainda *O sertanejo*, de José de Alencar, detalhes de cunho “determinista e racial” e *Os sertões* de Euclides da Cunha, ilustra traços psicológicos e físicos do sertanejo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 157).

Há um movimento político apresentado por Connell (1995), denominado Política de saída ou política transformativa. “Ela busca sair das estruturas patriarcais atuais (daí o termo ‘movimento antissexista dos homens’), mas ela também tenta transformar as formas existentes de masculinidade. Ela partilha muitos objetivos com a política gay” (CONNELL, 1995, p. 196), buscando escapar da identidade de gênero (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013).

Questões de gênero dizem respeito tanto aos homens quanto às mulheres. Hoje, há uma extensa gama de pesquisas sobre masculinidades, paternidade, movimentos de homens, violência entre homens, educação dos meninos, saúde dos homens e seu envolvimento na construção da igualdade de gênero. Nós entrelaçamos esse conhecimento no quadro geral do conhecimento sobre o gênero (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 26).

As arenas do gênero são públicas e privadas “[...] incluindo uma revolução de gênero em certas casas, nas quais os homens participam de uma divisão igualitária no cuidado das crianças e no trabalho na cozinha, e até na Igreja, e as mulheres assumem um papel igualitário [...]” (CONNELL, 1995, p. 196) em relação as decisões e recursos. “[...] Também é resultado de pesquisa bastante difundido o fato de que certas masculinidades são socialmente mais centrais ou mais associadas com autoridade e poder social do que outras” (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013, p. 262).

“[...] Os homens costumam controlar impostos, investimentos, tecnologia, relações internacionais, segurança e setores militares. Mesmo a Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial até hoje só foram liderados por homens.” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 31). Desde 2019, o analista econômico David Robert Malpass atua como presidente do Grupo Banco Mundial.

Em relação aos grafitos escolares relacionados aos homens, destacam-se o cuidado com o corpo, a demonstração de força física (Figura 3), os instrumentos e utensílios bélicos (Figura 1), a agilidade, o trabalho no campo, a lida com gado, os transportes, a força de trabalho na esfera pública, a gestão masculina, o homem como provedor da família e a virilidade ativa (Figura 2). Esses grafitos dão visibilidade ao modo como estes jovens se constituem em suas subjetividades.

Na construção dessas subjetividades, muitas vezes, somos influenciados (as) por nossos (as) genitores (as) que criam expectativas sobre nós, antes de nascermos. O gênero nos atravessa. Com os avanços médicos tecnológicos, ultrassonografias as mães e pais podem saber o sexo do feto antes dele (a) nascer. Isso possibilita a escolha das cores das peças, roupas, itens para o enxoval da criança, rosa para meninas e azul para os meninos, ou algo próximo a isso. A lista de nomes para a criança, cores para o quarto (AUAD, 2012). Expectativas são criadas pelo pai e pela mãe, avós entre outros (as) próximos (as) da família.

As pesquisas modernas sobre esse tema foram disparadas a partir do movimento de mulheres por igualdade de gênero. Há uma razão simples para tal: a maior parte das ordens de gênero ao redor do mundo privilegia os homens e confere desvantagens às mulheres (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 26).

Uma série de condições são culturalmente ensinadas ao universo do masculino e outras ao universo do feminino. A família, os (as) amigos (as), irmãos e irmãs, tios, tias, primos (as), as animações, contos de fadas, jogos virtuais, comerciais televisivos, vitrines, pessoas

pelas ruas, campos, parques, outras crianças, contribuem fortemente nesse processo em ser e estar homem ou mulher (GROSSI, 2004).

Sem esquecermos das instituições como, a religião, a escola, a política, pessoas que ali estão impõe-nos suas crenças e doutrinas pregando como modelos divinos inquestionáveis. A medicina nos declara como homens ou mulheres ao nascermos. A sociedade, família, religião e escola encarregam-se em ensinarmos a ser, comportarmo-nos e estarmos encaixados nesse binarismo, muitas vezes de modo forçado. O comércio, as propagandas estimulam-nos ao consumismo, por meio de vestimentas, produtos do universo masculino, feminino, carros, jogos virtuais, equipamentos esportivos, produtos de higiene, beleza, enfim, transmitimos tudo que nos foi ensinado e acreditamos ser o correto para os (as) pequenos (as) (GROSSI, 2004).

Questionamos, o que fazemos com nossas vontades, desejos e nossas crenças, no processo de constituição de nossas identidades sexuais, do nosso gênero? (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2018). Durante a nossa jornada pela vida nos constituímos como seres pertencentes a um determinado gênero, seja o masculino, seja o feminino. Connell e Pearse (2015) nos chama a atenção para esse tipo de olhar, essa diferenciação.

Nós sabemos que questões relacionadas ao gênero nos atravessam desde antes de nascermos. Por meio dos processos educacionais e institucionais somos moldados (as) nos princípios doutrinatórios do gênero binário e na figura 3 temos uma perspectiva desse processo no qual a força militarizada volta-se ao domínio do masculino. Segundo Connell e Rears (2015), atualmente o mundo se depara com problemas ligados ao gênero. Vemos emergir na política do gênero um domínio novo, relacionado aos “[...] direitos humanos, injustiça econômica global, mudança ambiental, relações intergeracionais, violência (tanto em abito militar quanto na esfera pessoal) e condições para um bem viver.” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 26).

Figura 3 - Batalha



Fonte: acervo fotográfico do pesquisador

Na Figura 3 encontramos a cena de uma batalha; há um castelo, soldados armados na entrada protegendo-a dos supostos inimigos, um deles com braços fortes e maiores que o corpo. O mito da jornada do herói (CAMPBELL, 1989) faz-se presente na Figura 3, a batalha, o trabalho em equipe em defesa do território (castelo), que simboliza algo precioso, o lar, a riqueza, o bem coletivo, enfim. Refletimos histórias simbólicas de nossas próprias vidas. Lutar e vencer são treinamentos esperados na masculinidade e na humanidade, deveria haver também, preocupações e respeito para com subjetividade e identidade sexual de cada indivíduo (PRECIADO, 2018).

Nas subjetividades juvenis e em seus grafitos vemos que o gênero assume uma dimensão central na vida pessoal e nas relações sociais. “É uma arena em que enfrentamos questões práticas difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 25). Pertencer ao gênero hegemônico, branco, masculino cisheteronormativo pode proporcionar condições favoráveis e vantajosas em relação a outras condições humanas, como pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais e outros (as) mais (LGBTI+). Esses jovens grafiteiros, em sua maioria, expressam essas vantagens na identificação em ocupar esse lugar de privilégio.

Judith Butler (2003), em *Problemas de gênero*, defendeu que não há fundamentos fixos das categorias de gênero e nas estratégias feministas. O gênero é praticável, traz existências as identidades através de ações repetitivas e não a expressão de uma realidade preexistente, o radicalismo de gênero em ações que subvertam a identidade como mulher, quebrando a

dicotomia de gênero e deslocando as normas do gênero (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 141). Cabem flexibilidades nas questões de gênero conforme a Figura 4.

Figura 4- Flexibilidade de gênero



Fonte: acervo fotográfico do pesquisador

Conhecendo a dinâmica da escola na Educação Básica II e Ensino Médio, uma possibilidade de leitura na Figura 4, leva-nos a entender que essa imagem pode ter sido produzida em vários momentos. Primeiro um desenho de si, do rapaz com barba, depois alguém insere o pênis, como forma de zombar do rapaz. Assim, a imagem significaria homofobia produzida a partir da insinuação do sexo oral.

No grafito quatro encontramos uma imagem masculina com barba, há um pênis próximo ao rosto, os desenhos representando o sol e a lua. Nos sugere a possibilidade de flexibilidade do gênero no decorrer do dia ou no processo de vida dos (as) sujeitos (as) (BUTLER, 2003). Para aqueles (as) que assim desejarem, que possam vivenciar suas subjetividades, identidades sexuais, tendo seus direitos respeitados, pelo que são e dão conta de ser.

O sol e a lua nos inferem a interpretações relativas à possibilidade de circulação, flexibilidade da sexualidade e a fluidez do gênero butleriana (BUTLER, 2003), como a bissexualidade ou multissexualidades. Nos faz lembrar ainda dos versos da marchinha de carnaval *Maria sapatão*, de João Roberto Kelly, que de dia é Maria e a noite é João, muito tocada em 1981 e popularizada pelo comunicador Chacrinha.

A música “Masculino e Feminino” de Pepeu Gomes (1983) também nos chama atenção para essa questão “ser um homem feminino, não fere o meu lado masculino”, entendemos que o inverso também pode ser aceito. Afinal, ambos, masculino e feminino podem coabitar um mesmo corpo (BUTLER, 2003).

Ser um homem feminino  
Não fere o meu lado masculino  
Se Deus é menina e menino  
Sou masculino e feminino (GOMES, 1983)

O perigo principia em procedimentos de supervalorização de uns em detrimento das imposições aos outros (as). A superioridade declarada e mantida por meio da força, agressão, atos de preconceitos, pelo fato do (a) outro (a) não se assemelhar ao cisheteronormativo.

Entendemos que “o gênero é também um assunto sobre o qual há um bom tanto de preconceitos, mitos e franca falsidade” (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 25). Há práticas, ritos, reiteraões prescritivas que nos atravessam e nos constituem como seres pertencentes a um dos gêneros, querem nos fixar, nos aprisionar em normas pré-estabelecidas (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2018). Podemos ser outros (as)? Questionamos se haveria meios de mudanças, flexibilidades, trânsitos entre gêneros? Os estudos da teoria *queer* seria uma possibilidade a pensar? Nossas escolas e nossa sociedade estão preparadas para a prática, proposta pela teoria *queer*, ou seja, a não classificação dos gêneros?

Nós já vivenciamos, ainda que de modo limitado, uma proliferação das identidades a partir de um pensar *queer*, os chamados não-binários, pansexuais, intersexuais, etc. No entanto, assim como Preciado (2018, p.142-143) aponta no *Testo Junkie* que há limites nas políticas *queer*. Temos dúvidas se devemos apostar nessa teoria como um “modo de revolução do gênero”. Há uma transgeneridade cooptada pelo Estado. Uma aceitação da diferença dentro do discurso da inclusão e da representatividade. Isso parece limitar o caráter subversivo do *queer*. Não chegamos a uma solução, seguimos pensando...

## Considerações

É precioso ser homem, fazer parte do seletivo e hegemônico grupo masculino? A sexualidade e a raça alteram essa dinâmica, os apontamentos nos levam a crer que estamos em uma sistemática discursiva cisheteronormativa. Ao nascer todos os corpos devem se encaixar ao binarismo: masculino ou feminino. Os corpos apresentam nuances, peculiaridades dos atributos dos gêneros e obrigatoriamente pressupõe-se que se expressem desejos por alguém do sexo oposto ao seu. Esse modelo nos obriga via discursos institucionais e alhures a termos corpos, comportamentos, sentimentos, afetividades, enfim subjetividades pré-determinadas.

O discurso patriarcal cisheteronormativo hegemônico conduz, normatiza a sexualidade humana, o gênero e nos coloniza. Discursos centralizam o falo desde cedo na vida do menino e da menina, valorizando a masculinidade, por um viés tóxico e colocando a feminilidade como algo fragilizado, submisso, passivo que deve ser evitado pelo masculino.

As construções nominativas da heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade existem e podem coabitar nossa sociedade, porém não deveriam sobrepor-se, julgando-se superiores umas às outras. Desejamos que as políticas públicas educacionais possibilitem a reflexão sobre elementos tóxicos da masculinidade nos instrumentos educacionais de base relativos à educação de adolescentes e de meninos e meninas no contexto social atual, assim como nos processos de formação de professores (as).

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino* (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Dossiê dos assassinatos de pessoas trans nos anos de 2017, 2018 e 2019*. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

AUAD, Daniela. *Educar Meninas e Meninos relações de gênero na escola*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v.I e II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1989.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 9-10.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. *Gênero, uma perspectiva global*. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*. vol.20, n 2. jul/dez.1995. p.185-206. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671> . Acesso em: 21 mai 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, mai. 2013, p. 241-282. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>>. Acesso em: 20 abr. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

DELPHY, Christine. Patriarcado, (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.173-178.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. revista e aumentada. 38. impressão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GGB (GRUPO GAY DA BAHIA) RELATÓRIO. *População LGBT morta no Brasil: mortes violentas de LGBT + no Brasil*. 2018. Disponível: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf> Acesso em: 18 Jan 2019.

GOMES, Pepeu. *Masculino e feminino*. Album: Autêntico Masculino e Feminino. Sony Music Entertainment (BRASIL) I.C.L. 1983. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_7FaOhTBtB8](https://www.youtube.com/watch?v=_7FaOhTBtB8) Acesso em: 18 jun. 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

GROSSI, Miriam Pilar. 75 Masculinidades: Uma Revisão Teórica, *Antropologia em Primeira Mão*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, n. 1 (1995) Florianópolis, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do Currículo*, v.2, n.2, p. 208-230. Setembro de 2009 a Março de 2010.

LANZ, Letícia. Por que tenho medo de lhe dizer quem sou. In.: *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação*. RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa. (Organização). - Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.p.49-67.

MBEMBE, Archille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Texto Junkie, sexo, drogas e biopolíticas na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. *Cisheteronormatividade como instituição total*. v. 18, n. 2, agosto 2020. Disponível em: [petdefilosofiaufpr.wordpress.com](http://petdefilosofiaufpr.wordpress.com). Acesso em 28 out. 2020

SANTAELLA, Lúcia. *Leitura de imagens*. (Como eu ensino). São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. 2.ed. São Paulo: Cenage Learning, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, *e-cadernos CES* [Online], n.18, 2012, p. 105-131. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>; acesso em 21 abr 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e poder*. – 2. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, núm. 2, segundo semestre, 2001, pp. 460-482 Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38109208>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Recebido em: 05 de outubro de 2020

Aprovado em: 30 de outubro de 2020